

trabalho *necessário*

issn: 1808-799X

ano 6 - número 6 - 2008

NOVAS CONFIGURAÇÕES DA LUTA DE CLASSES E REFUNDAÇÃO DO PROJETO BURGUÊS DE SOCIABILIDADE

Kátia Lima¹

katiaslima@globocom.com

Apresentação

Este artigo tem como objetivo analisar a reestruturação econômica e as políticas neoliberais como expressões da configuração da luta de classes no capitalismo contemporâneo. Parto da consideração de que está em curso um conjunto de alterações no projeto burguês de sociabilidade, operacionalizado por meio de reordenamentos na esfera produtiva – desregulamentação do mercado de trabalho, precarização das condições de trabalho, desemprego – e no papel do Estado – reforma previdenciária, tributária, da educação superior, trabalhista e sindical – que têm como objetivo aprofundar o processo de hegemonização das classes trabalhadoras, por intermédio da capacidade da burguesia financeira internacional de subordinar frações de classe aliadas e das classes trabalhadoras à sua concepção de mundo e, concomitantemente, as lutas e resistências dessas classes para a elaboração de uma outra visão de mundo sob a direção do trabalho e não do capital.

Na primeira parte do texto, “Mundialização Financeira e Mundialização de uma Nova Sociabilidade Burguesa: a Configuração da Nova Ordem para o Capital”, analiso de que forma e com que conteúdo o projeto hegemônico da “globalização econômica” encobre as estratégias burguesas de enfrentamento da

crise estrutural do capital. Para tal análise, recupero o conceito leninista de imperialismo, demonstrando o movimento dialético de continuidades e novidades que o conceito de mundialização financeira realiza em relação ao conceito leninista.

Em um segundo momento – “A Contra-Revolução Neoliberal em Curso” –, retomo o conceito marxista de contra-revolução burguesa e a atualização desse conceito realizada por Florestan Fernandes a partir de suas análises sobre a “contra-revolução preventiva e prolongada”, indicando como esse conjunto de ações da burguesia para enfrentamento de suas crises, reconstituição de suas margens de lucros e reprodução do seu projeto de sociabilidade ganha novos contornos e nova racionalidade nos anos de neoliberalismo, seja por meio do “neoliberalismo clássico” ou do neoliberalismo da “terceira via”. Essa nova face do projeto burguês de sociabilidade, identificada como uma “terceira via”, será apresentada como uma suposta alternativa ao neoliberalismo e ao socialismo e encontra na obra de Anthony Giddens sua base de fundamentação teórica e de ação política. Afirmando a possibilidade de articular ajuste fiscal com justiça social, a “terceira via” pleiteia para si o papel de teoria da sociedade e da política contemporânea, apresentando os seguintes fundamentos básicos: 1) no nível da política, propõe a modernização do centro, a rejeição da política de classes e da igualdade econômica, procurando apoio político em todas as classes sociais; 2) no plano econômico, trata de equilibrar regulação e desregulação de uma economia mista, por meio de parcerias entre público e privado.

Concluo afirmando que a análise do neoliberalismo da “terceira via”, em seus vários nexos e contradições, demonstra que sua base de fundamentação teórico-política se constitui no revisionismo do projeto burguês de sociabilidade, uma importante estratégia para ampliação dos campos de exploração para o capital em crise e consolidação de uma nova pedagogia da hegemonia burguesa na atualidade.

Mundialização Financeira e Mundialização de uma Nova Sociabilidade Burguesa: a Configuração da Nova Ordem para o Capital

A crise estrutural do capitalismo que se adensa na década de 1970, marcada por uma profunda recessão e combinando baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação, impulsiona a burguesia internacional à elaboração de estratégias de enfrentamento a essa crise que articulem as seguintes dimensões: a reestruturação da esfera produtiva, o reordenamento do papel dos Estados nacionais e a difusão de um novo projeto burguês de sociabilidade.

Considerando, como afirma Dias (1999, p. 18), que “todo e qualquer movimento político que pretende a construção de uma hegemonia tem que criar, necessariamente, uma leitura da história com a qual e pela qual pode apresentar-se como projeto”, tais dimensões constituem a base de fundamentação do projeto hegemônico da “globalização econômica” difundido pelos sujeitos políticos do capital. Esses intelectuais orgânicos, individuais ou coletivos, realizam um processo de ideologização maciça, que tem como objetivo aprofundar o processo de hegemonização das classes trabalhadoras. Como afirma Limoeiro Cardoso (2001), a acepção ‘globalização’ é uma ideologia utilizada por forças econômicas extremamente poderosas para manter sua hegemonia no cenário mundial. Ideologia que não é concebida, em nossas análises, como simples reflexo das determinações econômicas ou como falsificação do real, mas como concepções de mundo em disputa, projetos antagônicos de sociabilidade – capital e trabalho – em embate no campo da luta política. No mesmo sentido político, o conceito de hegemonia não é utilizado como um reduzido sinônimo de domínio ideológico. O conceito expressa, em nosso entendimento, tanto a capacidade de uma classe subordinar frações da mesma classe e da classe adversária, como as disputas dessa última para romper com sua posição subalterna e projetar um novo patamar civilizatório, ou seja, “hegemonia: projeto que permite expressar o programa, o horizonte ideológico, no qual as demais classes devem se mover. Horizonte que, ao proceder à padronização, ao conformismo, desorganiza, inviabiliza, ou tenta, os projetos das demais classes” (DIAS, 1999, p. 49).

Para aprofundar o debate são necessárias três importantes definições conceituais. Em primeiro lugar, o processo de internacionalização é inerente ao capitalismo, um fundamento básico desse sistema (MARX e ENGELS, 1984). Em

segundo, o que Lênin definiu como imperialismo é uma fase peculiar dessa internacionalização (LÊNIN, 1922). Em terceiro lugar, considerando que o termo “globalização” é vago e ambíguo e vem sendo difundido nas escolas estadunidenses de administração de empresas e pelos organismos internacionais do capital objetivando criar a aparência de que se estaria consolidando uma homogeneização planetária, identifico, com base em Chesnais (1996), a mundialização financeira ou mundialização do capital como uma nova fase do processo de internacionalização da economia que se realiza a partir de um movimento de continuidades e novidades em relação ao conceito de imperialismo utilizado por Lênin. A expressão “mundialização financeira” exprime o fato de estarmos em um novo contexto de liberdade quase total do capital para se valorizar. Brenner (1999, p. 12) considera que

[...] o grande deslocamento do capital para as finanças foi a consequência da incapacidade da economia real, especialmente das indústrias de transformação, de proporcionar uma taxa de lucro adequada. Assim, a aparição do excesso de capacidade e de produção, acarretando perda de lucratividade nas indústrias de transformação a partir do final da década de 1960, foi a raiz do crescimento acelerado do capital financeiro a partir do final da década de 1970.

A mundialização financeira apresenta, assim, um movimento dialético de continuidades e novidades em relação ao conceito leninista de imperialismo. Trata-se de uma postura teórico-metodológica que não descola teoria e história, porém, utiliza os conceitos para iluminar o real, apreender suas dinâmicas e contradições. Tal postura tem como objetivo superar as críticas simplistas (uma pretensa desatualização da concepção leninista) e as tentativas de enquadrar/aplicar os conceitos na realidade. Um movimento teórico-metodológico que, ao mesmo tempo em que se remete aos clássicos da tradição marxista, está referenciado nas condições concretas da luta de classes na atualidade. O imperialismo é abordado, portanto, como um conceito historicamente determinado. O movimento de continuidades que é realizado pelo conceito de mundialização financeira, em relação ao conceito leninista de imperialismo, será expresso no processo histórico do capital, em busca de novos campos de exploração lucrativa,

por meio da ação predominante do capital financeiro e da subjugação econômica, política, ideocultural e militar dos países periféricos pelos países centrais.

A “mundialização do capital” só pode ser compreendida como um segmento de uma fase mais longa na evolução do modo de produção capitalista. Os traços principais dessa fase, na forma como apareciam no início do século, foram reunidos e sintetizados por Lênin em sua obra de 1916. “Monopólios, oligarquias, tendências à dominação no lugar das tendências à liberdade, exploração de um número crescente de nações pequenas e fracas por um pequeno número de nações ricas e poderosas [...]”: todos estes traços estão ainda mais exacerbados hoje do que há oitenta anos (CHESNAIS, 1997, p. 8).

Simultaneamente, novas configurações e mecanismos comandam o desempenho e a regulação do capitalismo mundial. A atualidade do conceito leninista de imperialismo será manifestada por intermédio dos seguintes aspectos: a) um grau qualitativamente maior de internacionalização, a partir do movimento realizado pelo capital financeiro; b) a economia mundial é constituída como uma unidade diferenciada e hierarquizada, na medida em que esse movimento não elimina a existência dos Estados nacionais, aos quais cabe, mais do que nunca, a tarefa de garantir a ação do capital financeiro em cada formação econômico-social; c) a função clássica do imperialismo será mantida: os países periféricos continuam fornecendo matéria-prima para os países centrais; d) a ‘exportação de capitais’ realizada pelos países centrais, por meio do investimento em setores estratégicos dos países periféricos, convive com a ‘importação de capitais’ realizada pelas nações centrais ‘sugadoras’, em escala planetária, do excedente econômico produzido na periferia do sistema, isto é, a importação de capitais pelos países centrais, via dívida externa, principalmente, convive com a exportação de capitais pelos países centrais, por meio de dois mecanismos: os empréstimos concedidos pelos organismos internacionais do capital condicionados à execução de determinadas reformas políticas que interessam à burguesia internacional e os investimentos realizados por empresas sediadas nos países centrais nos setores estratégicos dos países periféricos (políticas de desregulamentação, liberalização e privatização, executadas pelos governos

neoliberais a partir da década de 1990, na América Latina). Ambos se constituem em uma estratégia política fundamental para a reprodução da lógica imperialista, por um lado, e do capitalismo dependente, por outro; e) as tecnologias da informação e da comunicação têm se constituído como o arcabouço, a infraestrutura que permite ao capital financeiro atravessar países e regiões de interesse estratégico da burguesia internacional, ainda que esse processo seja ideologizado por meio da noção de “globalização econômica” (LIMA, 2005).

Essa noção encobre a estratégia burguesa de enfrentamento da crise estrutural do capital, representada pelo colapso do “socialismo realmente existente” (MÉSZÁROS, 2002, p. 747); pela necessidade constante de alterações na esfera produtiva e também pelo esgotamento do Estado de Bem-Estar Social, três importantes fenômenos constitutivos do século XX. No que se refere ao colapso do “socialismo realmente existente”, cabe afirmar que não se trata de uma

[...] crise do projeto socialista revolucionário nem a infirmação da possibilidade da transição socialista: é a crise de uma forma histórica precisa de transição, a crise de um padrão determinado de ruptura com a ordem burguesa – justamente aquele que se erigiu nas áreas em que esta não se constituía plenamente (NETTO, 1995, p. 23).

Segundo o autor, um dos componentes centrais da crise está na limitada socialização do poder político, que passa a travar e mesmo a colidir com o aprofundamento da socialização da economia. Nesse sentido,

[...] o que entrou em crise é uma forma determinada de transição socialista – aquela em que o Estado engendrado na revolução aparece fundido com o aparelho partidário, no exercício de um monopólio político que substitui o protagonismo dos trabalhadores e da inteira sociedade (NETTO, 1995, p. 20).

No que se refere às alterações na esfera produtiva, considero que constituem um movimento permanente do capital, em resposta às suas crises, assim, não se trata de uma característica específica do contexto pós-década de 1970. Entretanto, avalio que nesse período o capitalismo passa a atuar a partir de novos padrões de produção caracterizados pela flexibilização das relações, dos

processos e do mercado de trabalho. Associam-se a esse quadro as inovações tecnológicas e a robótica, gerando intensas modificações no mercado e alterando o perfil da classe trabalhadora, polarizada entre uma pequena parcela qualificada, bem remunerada e com estabilidade e uma imensa parcela subempregada, desqualificada, caracterizada como subproletarizada (ANTUNES, 1995). As alterações na esfera produtiva, caracterizadas por novos métodos de produção baseados na microeletrônica; na flexibilização do processo e da gestão do trabalho e na exigência de maior capacitação tecnológica por parte de alguns trabalhadores, constitutivos da acumulação flexível, geram, por um lado, aumento na produtividade para o capital e, por outro, reduções salariais, de direitos trabalhistas e dos postos de trabalho para o conjunto da classe trabalhadora. O conceito de acumulação flexível, segundo HARVEY (2000), refere-se à passagem do modo fordista de acumulação capitalista, dominante de 1920 a 1970, juntamente com a política keynesiana que vigorou a partir de 1945, para um modo flexível, como forma de superar a crise do capital, aprofundada a partir do início dos anos de 1970. Para Harvey, esse novo estágio é constituído pela intensificação de estratégias de distribuição geográfica do capital, refletindo uma ruptura com o modelo de desenvolvimento capitalista do pós-guerra.

Em relação ao esgotamento do Estado de Bem-Estar Social, estamos nos referindo a uma configuração sociopolítica, integrada à ordem burguesa, caracterizada por

[...] um Estado com forte iniciativa no campo de políticas sociais redistributivas e com pronunciada intervenção nos serviços e equipamentos sociais, fiador de controles tributários sobre o capital e articulador institucional de parcerias entre capital e trabalho, sobre a base do jogo político democrático (NETTO, 1995, p. 48).

A crise do Estado de Bem-Estar Social passa pelo esgotamento de um compromisso de classes, mas, sobretudo, pelo fato de que o capital requisita, por um lado, a eliminação dos serviços sociais executados pelo Estado (para que estes possam se tornar novos campos de exploração do capital) e, por outro, a

eliminação do controle que era exercido pelas legislações e regulamentações implementadas naquele período para ampliar sua capacidade de acumulação.

A Contra-Revolução Neoliberal em Curso

As alterações na esfera produtiva e o reordenamento no papel do Estado estão inscritos em um conjunto de ações realizadas pela burguesia internacional com o objetivo de sair de suas crises, reconstituir constantemente suas margens de lucros e reproduzir seu projeto de sociabilidade. Esse conjunto de ações configura a contra-revolução burguesa em curso, um processo analisado por Florestan Fernandes (1980) como uma “contra-revolução preventiva e prolongada”.

Contra-revolução preventiva e prolongada: a contribuição de Florestan Fernandes para análise da configuração atual do capitalismo

Florestan Fernandes (1975, p. 362) identifica a contra-revolução burguesa de duas formas: “a quente” e “a frio”ⁱⁱ. A primeira expressa uma ação violenta, associada à ditadura militar e ao Estado autocrático burguês. A segunda forma de identificação da contra-revolução burguesa está articulada à existência de “fases seguras e construtivas da contra-revolução” (FERNANDES, 1975, p. 347). O conceito de contra-revolução burguesa é utilizado para identificar ações autocráticas de defesa da ordem do capital, características de governos militares, bem como ações relativas às práticas formais da “democracia restrita”, ou seja, institucionalizada por meio de um conjunto de relações jurídicas e políticas. O desdobramento do processo contra-revolucionário nessas fases é possível na medida em que a burguesia combina repressão com ampliação da participação política da classe trabalhadora, porém, uma ampliação nos limites de uma igualdade jurídico-política formal que convive com as desigualdades socioeconômicas, fazendo com que as relações de classe entre capital e trabalho sobrevivam até mesmo à igualdade jurídica e ao sufrágio universal.

A ação contra-revolucionária da burguesia é possível graças a um elemento político fundamental: no capitalismo, a totalidade da vida social é apresentada por

meio de sua decomposição em esferas diferenciadas – o político e o econômico. Essa separação ocorre na medida em que o controle da produção e sua apropriação pela burguesia são identificados como questões econômicas, afastadas da arena política.

Criticando tal separação como estratégia da ideologia capitalista para obscurecer a luta de classes, Wood (2003, p. 28) afirma que, “na verdade, essa separação ‘estrutural’ talvez seja o mecanismo mais eficiente de defesa do capital”. Como a apropriação da mais-valia e a relação entre trabalhadores e burguesia, ou produtores diretos e apropriadores, como identifica a autora, não assumem a forma de servidão ou dependência, mas sim de um contrato entre trabalhadores e proprietários, livres e juridicamente iguais, o capitalismo foi capaz de afastar, de um lado, a esfera da produção econômica e, de outro, o conjunto das formas políticas, sociais e jurídicas que consubstanciam a sua institucionalidade e configuram o estabelecimento desse contrato social. Dessa forma, é possível explorar o trabalhador, apropriar-se da mais-valia, manter a propriedade privada e, simultaneamente, criar um ordenamento político, social e jurídico, no qual os antagonismos de classe são esvaziados pela construção da aparência necessária de instâncias democráticas de representação, divisão de poderes e dos direitos fundamentais dos cidadãos, sem alterar as formas de propriedade e exploração. Uma cidadania abstrata, descaracterizada, sob a aparência de que trabalhadores e burgueses são iguais juridicamente, portanto, uma concepção de cidadania absolutamente descolada da luta de classes.

Wood (2003), recuperando a crítica da economia política elaborada por Marx – cujo objetivo era revelar a face política da economia que havia sido obscurecida pelos economistas clássicos –, afirma que este concebe a economia não como uma rede de forças incorpóreas, mas como um conjunto de relações sociais. Nesse sentido, a base produtiva, em si, existe sob o aspecto de formas políticas, sociais e jurídicas, consideradas como constituintes orgânicos do sistema produtivo. A esfera da produção é determinante no capitalismo, não no sentido de se manter afastada dessas formas jurídico-políticas, de precedê-las, ou de identificação dessas formas como meros reflexos da esfera produtiva, mas no

sentido de que a atividade produtiva exprime uma relação de dominação/exploração estabelecida entre as classes sociais. A organização política das classes em luta é que dá forma às relações de produção, portanto, a esfera da produção econômica no capitalismo é essencialmente política. O ideário burguês realiza, assim, dois movimentos. Por um lado, esvazia a economia de seu conteúdo político e social, isto é, despolitiza a economia, identificando a existência de uma esfera específica para a negociação do contrato social, e, por outro, reduz a esfera política a um campo de conciliação de classes. Assim, o trabalhador só pode desfrutar de liberdade e igualdade jurídicas e de direitos sociais e políticos se não retirar do capital seu poder de apropriação.

As ações contra-revolucionárias da burguesia “a frio” (contra-revolução preventiva e prolongada) demonstram sua capacidade de alargamento da participação política dos trabalhadores, sem colocar em risco a essência da exploração/dominação capitalista. Essa ampliação do conceito de contra-revolução burguesa será realizada, por Florestan Fernandes, no livro *Brasil, em compasso de espera: pequenos escritos políticos*, publicado em 1980, e em *O que é revolução* (In: SAMPAIO Jr. e SAMPAIO, 2000), cuja primeira edição foi publicada em 1981. Em ambos, o autor recupera a análise sobre o refluxo e declínio da contra-revolução associada à ditadura militar e indica a oportunidade histórica que está colocada para o socialismo revolucionário no sentido de analisar esse refluxo, criticar a política do “socialismo democrático”ⁱⁱⁱ, que limitava sua ação ao alargamento democrático dentro da ordem, sem construir condições objetivas e subjetivas para a ruptura com a ordem burguesa.

Para realização das ações contra-revolucionárias preventivas e prolongadas, “as nações hegemônicas e sua superpotência adotaram uma estratégia de contra-revolução preventiva generalizada” (FERNANDES, 1980, p. 39), na qual três aspectos são fundamentais: (i) o estabelecimento de um pacto de dominação entre as frações da burguesia; (ii) a constituição de alianças com a classe trabalhadora; (iii) o estímulo à ampliação de um processo de “socialdemocratização” das lutas dos trabalhadores, limitando-as à ação

constitucional e parlamentar e estimulando o “emburguesamento” de suas burocracias sindicais e partidárias.

Em relação ao primeiro aspecto, as disputas estabelecidas entre as frações de classe articuladas aos interesses imperialistas e as frações intermediárias e mais fracas que lutam pela “liberdade de competir” indicam a necessidade de acordos e pactos que estimulem a solidariedade da classe e a defesa, em última instância, da ordem burguesa. Nessa mesma direção, a contra-revolução preventiva e prolongada realiza uma política de conciliação de classes, por meio da concretização de alianças da burguesia com a classe trabalhadora. A composição com frações hegemônicas da burguesia estimularia o “emburguesamento” das burocracias partidárias e sindicais da classe trabalhadora, que passam a identificar o alargamento da participação política dos trabalhadores na democracia burguesa como o horizonte político de suas ações. Por fim, os “métodos pacíficos de luta” e os “meios democráticos de negociação” (FERNANDES, 1980, p. 22) levam essa burocracia sindical e partidária a assumir uma política de conciliação, negligenciando a ruptura com a ordem burguesa. Em sua crítica à burocracia sindical e partidária dos trabalhadores, Florestan reafirma que a luta da classe trabalhadora pelo alargamento democrático dentro da ordem deve ser tática e não estratégica. A democracia representativo-parlamentar, nos marcos da “revolução dentro da ordem”, deve estar direcionada para o acúmulo de forças em direção à “revolução contra a ordem” burguesa.

Para Florestan Fernandes, o conceito “revolução contra a ordem”, indica a construção de uma revolução anticapitalista e antiburguesa, isto é, a transformação estrutural da sociedade capitalista, objetivando sua superação e a construção do socialismo, tarefas que só podem ser realizadas pela classe trabalhadora. O conceito “revolução dentro da ordem” identifica, na ótica do capital, a realização de um conjunto de ações que, circunscritas à reforma do capitalismo, reproduzam e legitimem, em última instância, seu projeto de sociabilidade. Na ótica do trabalho, “a revolução dentro da ordem” possibilita um processo, instrumental e conjuntural, de construção de condições objetivas e

subjetivas, com vistas à superação da ordem burguesa, por meio da revolução socialista.

A ocupação do poder institucionalizado e a execução de um conjunto de reformas políticas não podem ser colocadas como o horizonte da luta, sob o risco de incorporação subordinada da classe trabalhadora ao projeto burguês e, em última instância, de seu apoio direto ou indireto às posições substancialmente contra-revolucionárias.

É inócuo atrelar a luta de classes do proletariado ao fortalecimento puro e simples da “democracia” (a defesa da república democrática, da “normalidade democrática” ou do sufrágio universal como objetivos centrais e diretos projeta o proletariado na cena política como a centro-esquerda da burguesia) (FERNANDES, 1980, p. 29).

Esse alargamento democrático dentro da ordem burguesa, fruto das lutas históricas da classe trabalhadora, contraditoriamente, constitui-se em uma eficaz estratégia da contra-revolução burguesa, com o apoio das burocracias sindical e partidária da classe trabalhadora.

No Brasil, historicamente, a contra-revolução burguesa apresenta as duas faces: “quente e fria” (FERNANDES, 1975, p. 362), violenta e preventiva. A contra-revolução “a quente” caracterizada pela repressão e a aniquilação, marcas do Estado autocrático, e a face preventiva, por meio da associação da repressão com a democracia restrita somada à ideologia imperialista do desenvolvimento (dependente) com segurança (para o capital). Essa face da contra-revolução expressa a ação política da burguesia no sentido de responder à ampliação das desigualdades socioeconômicas na atual configuração do capitalismo e restringir ao máximo as pressões de setores combativos e classistas da classe trabalhadora por mudanças dentro da ordem burguesa e, principalmente, por mudanças contra essa ordem. Enfim, trata-se da configuração de uma etapa fundamental da luta de classes.

A contra-revolução burguesa preventiva, entretanto, não responde, necessariamente, a um contexto de efervescência revolucionária, de um nível de organização da classe trabalhadora que indique que a destruição da ordem

existente e a construção da sociedade socialista já estejam no horizonte político em curto prazo. Cabe destacar, inclusive, que a revolução socialista não é identificada à tomada violenta do poder, mas como construção de uma nova forma social, de uma nova sociabilidade à luz dos interesses do trabalho e não do capital. Essa ação política permanente da burguesia, que atravessa e constitui a configuração atual do capitalismo, ocorre por meio do fenômeno que Florestan Fernandes (1980, p. 84) identificou como uma “revolução das técnicas da contra-revolução”.

A burguesia aprendeu a usar globalmente as técnicas que lhe são apropriadas de luta de classes e ousou incorporar essas técnicas a uma gigantesca rede institucional, da empresa ao sindicato patronal, do Estado às organizações capitalistas continentais e de âmbito mundial. Enquanto o movimento socialista e o movimento comunista optaram por opções “táticas” e “defensivas”, a burguesia avançou estrategicamente, ao nível financeiro, estatal e militar, e procedeu a uma *verdadeira revolução das técnicas de contra-revolução*. Inclusive, abriu novos espaços para si própria, explorando as funções de legitimação do Estado para amarrar as classes trabalhadoras à *segurança da ordem* e soldar sindicatos ou os partidos políticos aos *destinos da democracia* (FERNANDES, 1980, p. 84, grifos do autor).

Na atualidade, novas potencialidades estão em jogo para garantir a autodefesa e o autoprivilegiamento da burguesia. “Esta está tentando se reorganizar, por trás do ‘Estado de direito’, dos direitos humanos (naturalmente para os mais humanos), das ‘salvaguardas’, da democracia forte etc.” (FERNANDES, 1980, p. 186). Ou seja, por um lado, essas novas potencialidades estão demarcadas pelo discurso sobre a possibilidade de uma “democracia forte” e da “reforma” ou “humanização” do capitalismo. Por outro, novas potencialidades surgem com a crise do “socialismo realmente existente” (MÉSZÁROS, 2002, p. 102). A crise será alardeada pelos intelectuais orgânicos da burguesia como “o fim da história”, “o fim das ideologias”, “o fim do socialismo”, desconfigurando que se trata, na realidade, da crise de um padrão determinado de negação da ordem

burguesa, causada por um conjunto bastante heterogêneo de componentes erosivos (Netto, 1995).

Diante dessas novas potencialidades, a contra-revolução burguesa realiza ações sistemáticas de reorganização de suas ofensivas para enfrentar suas crises e conformar mentes e corações ao seu projeto de sociabilidade. “A contra-revolução prolongada atinge cada vez mais a consciência proletária e a solidariedade ativa do proletariado na luta de classes” (FERNANDES, 2000, p. 102). Apesar de atingir a consciência proletária, tornando-a restrita e difusa, a contra-revolução burguesa não retira da pauta política da classe trabalhadora a construção do processo revolucionário. Pelo contrário. Reafirma a atualidade do conceito marxista de revolução socialista e a necessidade de uma profunda análise crítica das ações burguesas que procuram impedir e esvaziar a capacidade organizativa da classe trabalhadora para sua auto-emancipação. “A revolução constitui uma realidade histórica; a contra-revolução é sempre o seu contrário (não apenas a revolução pelo avesso: é aquilo que impede ou adultera a revolução)” (FERNANDES, 2000, p. 57).

As análises de Florestan Fernandes demonstram que a “contra-revolução preventiva em escala mundial” com sua “revolução das técnicas da contra-revolução” (FERNANDES, 1980, p. 84) está em curso. O neoliberalismo caracteriza-se como sua face atual, uma resposta à crise do capital adensada nos anos de 1970, indicando novas configurações na luta de classes, na disputa cotidiana entre projetos antagônicos de sociabilidade.

A “fase clássica do neoliberalismo” ou o “neoliberalismo clássico”^{iv}

Se no período pós-Segunda Guerra Mundial o Estado assume um papel central na condução do processo de regulação econômico-política da totalidade da vida social, a crise de acumulação do capitalismo que se adensa nos anos de 1970, marcada por uma profunda recessão e combinando baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação, leva a reconfiguração do fordismo-taylorismo e do Estado de Bem-Estar Social e ao abandono da ideologia do desenvolvimentismo, impulsionando a burguesia internacional ao relançamento

das bases teóricas e de ação política do liberalismo, a partir da retomada das obras de Hayek e Friedman^v.

O relançamento é analisado por Fiori (2001, p. 78-79), a partir da identificação de três eixos políticos que permanecem no ideário neoliberal: a redução do papel do Estado na economia e a despolitização dos mercados; a defesa intransigente do individualismo e a concepção de igualdade social como igualdade de oportunidades. Existem, entretanto, quatro principais pilares que diferenciam o “novo liberalismo” do liberalismo clássico: sua pretensão à cientificidade; sua articulação com um real processo de mudanças econômicas em curso; seu avanço diante da crise do “socialismo realmente existente” e do alcance do ideário burguês no Leste Europeu; seu caráter absolutamente conservador, que o diferencia do liberalismo clássico, considerado, pelo autor, como uma ideologia revolucionária, contrária ao absolutismo e ao sistema econômico mercantilista.

O projeto neoliberal de sociabilidade, nova face da concepção de mundo burguesa na atualidade, não pode ser concebido nem como um pensamento homogêneo, destituído de fissuras e disputas internas, nem limitado a um conjunto de reformulações pontuais na aparelhagem estatal. Simultaneamente, tem sido foco de críticas e de enfrentamentos da classe trabalhadora no seio da disputa entre projetos antagônicos de sociabilidade. Em meio a tais embates, a contra-revolução neoliberal instaura, a partir do final dos anos de 1970, novos ordenamentos na luta de classes, configurando novas formas de organização do capital e do trabalho. A ofensiva do capital ao trabalho gestada ao longo das décadas de 1970 e 1980 assume a forma de um arcabouço político mais elaborado a partir do Consenso de Washington^{vi}, apresentando como eixos políticos centrais (a) a defesa da liberdade individual como um dos fundamentos básicos do pensamento liberal; (b) a concepção do mercado como um complexo sistema de realizações individuais, como instância de ordenação da vida social; (c) a crítica à excessiva intervenção do Estado nas atividades econômicas.

O retorno a um individualismo exacerbado e o estímulo a ações coletivas com base no associativismo possuem como objetivo final a diluição da luta de

classes como eixo definidor das relações sociais. Esse individualismo e esse associativismo, estimulados pelo neoliberalismo, estão fundamentados na concepção liberal de democracia, forma de organização política correspondente ao projeto burguês de sociabilidade. Nesse quadro, o social e o político têm seus sentidos reconfigurados, circunscritos às determinações do mercado, leia-se do capital, como gestor da vida social, um processo caracterizado pela total despolitização das relações sociais. O individualismo e a identificação do mercado como ordenador das relações sociais somam-se à crítica à excessiva intervenção do Estado na economia, estruturada a partir de dois aspectos básicos: no plano econômico, essa intervenção desestimula a livre-iniciativa e a livre-concorrência e gera uma incontrolável crise fiscal e, no plano político, gera privilégios para alguns (o aumento de gastos sociais com direitos sociais e trabalhistas) e dependência para muitos, principalmente no que se refere à previdência e assistência social. O diagnóstico liberal-conservador aparece em sua imediaticidade como uma “crise do Estado” ou uma suposta crise fiscal atribuída ao excesso de gasto público social, no entanto, em sua essência, trata da reconfiguração do Estado para viabilizar a recuperação das taxas de lucro para o capital.

A esse Estado, “mínimo para o trabalho e máximo para o capital” (NETTO, 1995, p. 81), caberá uma ação reguladora circunscrita à implantação de uma rigorosa disciplina fiscal; a execução de políticas focalizadas no alívio da pobreza; a implantação de uma política de segurança pública; a liberalização do comércio; a desregulamentação e configuração de um novo arcabouço político-jurídico que viabilize, inicialmente, a privatização dos setores mais diretamente ligados à esfera produtiva, especialmente as empresas estatais e, em um segundo momento, a privatização dos serviços sociais considerados não-exclusivos do Estado, e, por fim, exige a reconfiguração das bases da democracia burguesa tanto por meio do enfrentamento direto com os sindicatos combativos e classistas e os partidos que tenham a ruptura com a ordem do capital em seu horizonte político, quanto pelo estímulo aos movimentos sociais, sindicatos e partidos que atuem no horizonte político da colaboração de classes. Como afirma Boito Jr. (1999, p. 28), não se trata de uma simples redução do papel do Estado, pois,

[...] os governos neoliberais, a despeito do discurso doutrinário que os inspira, irão, então, selecionar os setores e as atividades aos quais aplicarão os princípios doutrinários do neoliberalismo, criarão ainda, novas áreas e novos tipos de intervenção do Estado na economia e, a despeito do discurso apologético da livre concorrência, estimularão a formação de novos monopólios. Este processo configura, portanto, não uma simples redução da intervenção do Estado na economia, mas, ao mesmo tempo, ela é acompanhada de uma reformulação do intervencionismo estatal.

A partir desse arcabouço político mais amplo, a contra-revolução neoliberal se manifestará de formas diferenciadas em cada país ou região. Nos países centrais, o projeto ganha visibilidade principalmente com o governo de Thatcher na Inglaterra (1979), de Reagan nos EUA (1980) e Kohl na Alemanha (1982). Se, na Europa, a prioridade era a destruição do Estado de Bem-Estar Social, a aceleração do processo de privatização e a aprovação de uma legislação anti-sindical, nos EUA a prioridade era a ampliação dos gastos militares no contexto da Guerra Fria. Na periferia do capitalismo, iniciando com o governo Pinochet no Chile (1976), identificado, como um verdadeiro “fascismo de mercado” (Fiori, 2001, p. 81); Salinas, no México (1986); Menem, na Argentina (1988); Perez, na Venezuela (1989) e Fujimori, no Peru (1990), esse projeto estará articulado (i) ao esgotamento do desenvolvimentismo; (ii) à crise da dívida que atravessou a década de 1980 (a redução dos gastos sociais já fazia parte da pauta política dos organismos internacionais do capital para renegociação das dívidas dos países periféricos); (iii) à nossa histórica inserção subordinada no sistema capitalista mundial.

Chossudovsky (1999) realiza um detalhado estudo dessa temática abordando a ação dos organismos internacionais na “globalização da pobreza”, identificando duas fases da contra-revolução neoliberal na periferia: a primeira, relacionada às políticas de estabilização econômica, principalmente a destruição das moedas dos países periféricos e o controle do Banco Central desses países; a segunda fase caracterizada por um conjunto de reformas estruturais – liberalização do comércio; privatização das empresas estatais; reforma fiscal e tributária; privatização da terra cultivável; desregulamentação do sistema bancário,

dos direitos sociais e trabalhistas; políticas de alívio da pobreza e estímulo às instituições da democracia burguesa.

Apesar de o projeto neoliberal enfatizar a busca por um “mundo sem pobreza” e pelo “crescimento econômico com justiça social” (lemas históricos do Banco Mundial), a realidade de vida e de trabalho nos países periféricos e mesmo de camadas populacionais dos países centrais é marcada pela ampliação das desigualdades e do desemprego, demonstrando o fracasso de suas políticas. Uma análise aprofundada das condições de vida da imensa maioria da população em âmbito mundial evidencia que a contra-revolução neoliberal, como resposta da burguesia internacional à crise do capital, não consegue garantir alterações no cenário de empobrecimento e de estagnação econômica que marca a atualidade. Harvey (2004, p. 6) analisa como o neoliberalismo é apresentado como estratégia para o enfrentamento desse quadro mundial, destacando, entretanto, que suas políticas não resultaram na redução das desigualdades nem na elevação das taxas de crescimento:

As taxas de crescimento global nos anos 50 e 60 permaneceram à volta de 3,5 por cento e nos perturbados anos 70 caíram para cerca de 2,4 por cento. Mas nos anos 80 baixaram para 1,4 por cento e nos anos 90 caíram ainda mais, chegando a 1,2 por cento, e desde 2000 têm-se mantido pouco acima dos 1 por cento.

Neoliberalismo da “terceira via”: bases para a refundação do projeto burguês de sociabilidade

Para responder a esse quadro de estagnação econômica e ampliação das desigualdades e legitimar o poder de classe burguês, intelectuais orgânicos da burguesia constroem um processo de ideologização maciça sobre a possibilidade de um capitalismo “humanizado” ou “reformado”, um projeto político identificado, ora como “terceira via”, ora como nova socialdemocracia, nova esquerda, centro-esquerda, socialdemocracia modernizadora ou governança progressista^{vii}. O projeto será apresentado por Anthony Giddens – sociólogo britânico; reitor da London School of Economics (importante centro formulador do pensamento liberal europeu); assessor direto de Tony Blair; um dos mais importantes articuladores

políticos do novo trabalhismo inglês e organizador da Cúpula [Mundial] da Governança Progressista – como uma “filosofia política” sintonizada com as mudanças que estão ocorrendo no quadro mundial, um programa de “modernização” da economia, do sistema político e do sistema de bem-estar social. A construção dos fundamentos políticos e da pauta de ação da “terceira via”^{viii} não se limitou, entretanto, aos políticos e intelectuais europeus e norte-americanos. Segundo Sader (2003, p. 2), a “terceira via” na América Latina nasceu

[...] em torno do documento chamado “Consenso de Buenos Aires” [que] teve a assinatura de futuros mandatários, como Vicente Fox, Ricardo Lagos, Fernando de la Rúa, *assim como a participação na sua elaboração do PT* e do então candidato a presidente, Ciro Gomes. O documento, elaborado por Jorge Castañeda – depois ministro de relações exteriores de Fox – e por Mangabeira Unger, era uma espécie de “humanização do neoliberalismo”, incorporando as teses do ajuste fiscal como uma conquista indispensável, mas prometendo – apesar disso – políticas sociais, retomada do desenvolvimento, geração de empregos, bem de acordo com a nova política do Banco Mundial.

Afirmando a possibilidade de articular ajuste fiscal com justiça social, a “terceira via” pleiteia para si o papel de teoria da sociedade e da política contemporâneas, apresentando os seguintes fundamentos básicos: 1) no nível da política, propõe a modernização do centro, a rejeição da política de classes e da igualdade econômica, procurando apoio político em todas as classes sociais; 2) no plano econômico, trata de equilibrar regulação e desregulação de uma economia mista, por meio de parcerias entre público e privado.

A análise da essência desse projeto, em seus vários nexos e contradições, demonstra que sua base de fundamentação constitui-se na refundação do projeto burguês de sociabilidade que, em seu discurso, oferecerá supostas alternativas ao neoliberalismo e ao socialismo, considerando que “a divisão entre esquerda e direita refletiu um mundo onde se acreditava amplamente que o capitalismo podia ser transcendido, e onde a luta de classes modelou boa parte da vida política. Nenhuma destas condições é pertinente agora” (GIDDENS, 2001, p. 46).

O projeto ganha visibilidade nos governos de Tony Blair (Reino Unido), Gerhard Schröder (Alemanha), Bill Clinton (EUA), Lionel Jospin (França) e Massimo D'Alema (Itália) e nas reuniões realizadas sistematicamente, intituladas Cúpula da Governança Progressista. Seus líderes já organizaram cinco reuniões: 1999 (Florença); 2000 (Berlim); 2002 (Estocolmo); 2003 (Londres); 2006 (África do Sul) – todas pautadas na defesa de um projeto “para além da esquerda e da direita”. O então presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) participou das primeiras reuniões. Em 2003 e 2006, o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve presente.

A “terceira via” apresenta seu arcabouço teórico desvinculado do pensamento socialista, muito embora advogue para si a identificação política como de esquerda. Inspirado nas análises de Norberto Bobbio^{ix}, o principal articulador político da “terceira via” considera que “ser de esquerda é estar preocupado com a redução da desigualdade – definindo de forma mais positiva, com a busca de justiça social. Outros valores de esquerda, como a cooperação social e a proteção dos fracos, originam-se desta eterna preocupação” (GIDDENS, 2001, p. 46). E complementa que ser “esquerda modernizadora” é ser capaz de conduzir uma reforma profunda das instituições políticas, econômicas e sociais mais adequadas à nova dinâmica do capitalismo, apresentando como objetivo político a reforma ou governo do capitalismo, por meio do estabelecimento de um novo contrato social pautado na defesa do “bem público” e

[...] baseado no teorema “não há direitos sem responsabilidades”. Quem lucra com os bens sociais deve usá-los com responsabilidade e dar algo em troca à comunidade. Visto como uma característica da cidadania, o aforismo “não há direitos sem responsabilidades” tem de ser aplicado a políticos e cidadãos, aos ricos e aos pobres, às empresas e ao indivíduo. Os governos de centro-esquerda devem se preparar para atuar em todas estas áreas (GIDDENS, 2001, p. 58).

É com essa autodenominação de “esquerda modernizadora” que a “terceira via” dirige inúmeras críticas ao socialismo, concebido de uma forma ampla, desde a socialdemocracia europeia até o socialismo revolucionário. Um primeiro nível

dessas críticas condena a concepção de homem enquanto sujeito político capaz de definir os rumos da história. Para essa interpretação, “os eventos não confirmam essas idéias [pois] o mundo em que vivemos hoje não está sujeito ao rígido controle humano [...] quase ao contrário, é um mundo de perturbação e incertezas” (GIDDENS, 1996, p. 11).

Incertezas e perturbações que fazem parte do processo de globalização econômica associado ao surgimento da comunicação global instantânea e da intensificação da “reflexividade social” (GIDDENS, 1996, p. 35), isto é, do estímulo de reflexão constante a partir do uso das tecnologias da informação e da comunicação para “possibilitar” uma comunicação em tempo real. Em uma sociedade ordenada de maneira mais reflexiva, em uma sociedade com uma “reflexividade social” aumentada, existe a necessidade de reconstrução dos programas políticos, do reordenamento dos mecanismos políticos ortodoxos, identificados com o neoliberalismo e com o socialismo. Um segundo nível de críticas argumenta que o socialismo estaria fundamentado em uma concepção instrumental da história, pois foi o portador da idéia de “progressivismo”, ou seja, de que existe uma direção para a história construída pelos homens e de que a humanidade se coloca dois caminhos: ou o socialismo ou a barbárie. Giddens reafirma a necessidade de superação de uma perspectiva analítica que defende a existência de uma classe, sujeito político capaz de redirecionar a história e construir a ruptura com o capitalismo, afirmando que a responsabilidade dos indivíduos está limitada ao crescimento econômico com justiça social.

Responsabilidade também é uma das chaves para a atuação. Hoje é preciso que repudiemos o providencialismo – a idéia de que os seres humanos só se colocam problemas que podem resolver –; junto com ele, temos de descartar a idéia de que existem agentes enviados para cumprir as finalidades da história, incluindo-se a idéia metafísica de que a história é “feita” pelos despossuídos [...] não existe um único agente, grupo ou movimento que, como o proletariado de Marx deveria fazer, possa conter as esperanças da humanidade (GIDDENS, 1996, p. 30).

O terceiro nível de críticas afirma que o socialismo possui também uma concepção instrumental da natureza, na medida em que a natureza não é vista como parceira, mas deve atender às necessidades humanas. Como o socialismo está articulado à idéia de transição de um tipo de sociedade para outro, Giddens afirma reiteradamente sua derrota a partir da compreensão de que “a perda da idéia de revolução, enquanto revolução socialista – uma vez que é uma aspiração que certamente desapareceu –, é um dos principais fatores responsáveis pelo ‘encolhimento’ do socialismo, o que é visível atualmente em todos os lugares” (GIDDENS, 1996, p. 77).

Segundo Giddens, diante dessas derrotas, o socialismo, passa a se concentrar na defesa do Estado de Bem-Estar Social, ponto principal da pauta do socialismo reformista. A “terceira via”, entretanto, afirma que o Estado de Bem-Estar Social: a) gera uma dependência previdencial, uma passividade nos indivíduos; b) tende a se burocratizar; c) desconsidera os limites fiscais para o seu financiamento, gerados pelas mudanças demográficas e pelo aumento das aposentadorias. A análise do socialismo realizada pela “terceira via” é realizada nos limites da crítica aos regimes burocráticos do Leste Europeu e ao Estado de Bem-Estar Social. O pensamento giddeniano não aprofunda os termos desse debate, na medida em que não faz qualquer referência à diferenciação entre o projeto socialista revolucionário, a trajetória da socialdemocracia européia e a crise do “socialismo realmente existente” (MÉSZÁROS, 2002, p. 747) ou do “socialismo real” (NETTO, 1995, p. 72), conseqüência, entre outros fatores, da identificação de socialização das forças produtivas com estatização; da ampliação dos poderes da burocracia stalinista e do esvaziamento do protagonismo dos trabalhadores na construção da sociedade socialista.

A “terceira via” realiza, dessa forma, quatro movimentos absolutamente adequados ao pensamento liberal: (I) desloca o homem da história. O homem não é sujeito político capaz de redirecionar o movimento do real, na medida em que considera que o “mundo não está sujeito ao controle humano”. Tal concepção abstrai o homem de sua condição histórica, atomizando-o e negando-o, fundamentalmente, como síntese do processo de produção e reprodução das

condições materiais de sua existência. A individualização dos sujeitos esvazia seu conteúdo de classe e indica uma concepção abstrata do homem, a-histórica e apolítica; (II) o capitalismo é naturalizado, está fora da história, concebida como uma sucessão de acontecimentos incertos. O capitalismo é naturalizado na medida em que não está colocada no horizonte a perspectiva de construção de outro projeto societário. O socialismo morreu e não é possível retomá-lo em um contexto de tantas incertezas e complexidades, portanto, a humanização ou reforma do capitalismo constitui-se como o horizonte político possível; (III) utiliza a crise do “socialismo realmente existente” para argumentar o “fim do socialismo” e a impossibilidade de transição para outro projeto de sociabilidade. Tal análise confunde, propositadamente, o fim do “socialismo real” com o fim da divisão entre classes posta pelo capitalismo; (IV) recupera os elementos centrais da crítica neoliberal ao Estado de Bem-Estar Social: os limites fiscais para seu financiamento, uma suposta passividade dos indivíduos e uma tendência intrínseca à burocratização.

Nesse quadro político mais amplo, negando tanto o socialismo revolucionário e a possibilidade de construção da sociedade socialista, como as reformas sociais presentes no Estado de Bem-Estar Social, a “terceira via” afirma que o socialismo morreu: “a proposição de que o socialismo está moribundo é muito menos controversa hoje do que há uns poucos anos” (GIDDENS, 1996, p. 17). Advoga a construção de um programa político capaz de adaptar a socialdemocracia às transformações ocorridas no mundo nas últimas décadas do século XX, ou seja, reformar e governar o capitalismo, reafirmando, conseqüentemente, o projeto burguês de sociabilidade.

[...] o grande desafio dos socialistas modernos é governar o capitalismo de forma mais competente e mais justa do que os capitalistas. Alguma forma de *socialismo de mercado* poderá ser alcançada no futuro. *Agora, porém, quando a Nova Esquerda disputa eleições e assume os governos, ela não o faz para transformar o país em socialista em um breve espaço de tempo – essa ilusão voluntarista está descartada –, mas para aprofundar a democracia e promover uma maior igualdade de oportunidade, lograr melhores taxas de*

desenvolvimento econômico do que os partidos conservadores (GIDDENS, 1999, p. 13, grifo nosso).

A “terceira via” também direciona críticas ao neoliberalismo argumentando que a lógica neoliberal: a) defende o sistema de mercado como a instância da eficiência econômica e da liberdade individual; b) enfatiza o individualismo econômico como a chave para a democracia; c) aborda as transformações atuais geradas pela globalização de maneira muito limitada às necessidades de desregulamentação dos mercados e maximização dos lucros, sem perceber a importância do capital social, ou seja, da ação social voluntária dos indivíduos e grupos e da solidariedade e responsabilidade social dos empresários.

A idéia neoliberal de que os mercados em quase toda a parte devem tomar o lugar dos bens públicos é ridícula. O neoliberalismo é uma abordagem profundamente falha à política, porque supõe que não é preciso se responsabilizar pelas conseqüências sociais das decisões baseadas no mercado. Os mercados não podem sequer funcionar sem uma estrutura social e ética que eles próprios não podem proporcionar (GIDDENS, 2001, p. 40).

Nesse sentido, defende a necessidade de reordenar a vida coletiva e individual, articulando a solidariedade social com o individualismo e a responsabilidade individual com a responsabilidade social, recuperando, assim, como pressuposto básico da sua construção analítica, o individualismo como um valor moral radical do liberalismo burguês inspirado no pensamento durkheimiano.

Durkheim tinha uma concepção singular sobre a natureza da moralidade moderna [...] Necessitamos de algum outro tipo de sistema moral, que Durkheim dizia existir na ótica da Revolução Francesa. Podemos ter uma moralidade que seja não apenas social, coletiva, por assim dizer, mas que também reconheça a fundamental importância da liberdade individual (GIDDENS e PIERSON, 2000, p. 48).

A concepção de indivíduo do pensamento liberal será incorporada, porém criticando o neoliberalismo por entender individualismo como expressão do comportamento que é interesseiro e que tende à maximização dos lucros do mercado, argumentará que o “novo individualismo” proposto estimula a

participação dos indivíduos em um conjunto de atividades pautadas na cooperação e na solidariedade social.

O novo individualismo que acompanha a globalização não é refratário à cooperação e à colaboração – a cooperação (em vez da hierarquia) é positivamente estimulada por ele. O capital social se relaciona com as redes de confiança que os indivíduos podem formar para obter apoio social, assim como o capital financeiro pode ser formado para utilização em investimento. Como o capital financeiro, o capital social pode ser expandido – investido e reinvestido (GIDDENS, 2001, p. 83).

A liberdade individual, as noções de responsabilidade e solidariedade expressam uma concepção do indivíduo descolado da luta de classes. Esse descolamento está relacionado à existência de valores universais sobre a vida humana, dos direitos humanos universais, da importância da preservação das espécies e dos cuidados com as gerações futuras, fazendo com que a responsabilidade na implementação desse projeto político seja de todos os indivíduos. A responsabilidade individual vincula-se ao conceito durkheimiano de solidariedade social e, na medida em que reduz os antagonismos de classe às incapacidades de indivíduos ou de grupos sociais, a luta de classes perde a centralidade e é substituída pela tentativa de conciliação dos interesses entre capital e trabalho.

A pobreza e o desemprego aparecem como infortúnios ou conseqüências da incapacidade individual. Cada indivíduo conseguirá acesso a bens e serviços conforme suas habilidades, competências e capacidades. A lógica, portanto, é meritocrática. Estimular essas capacidades é fundamental no “alívio da pobreza”, que não deve ser entendida como uma condição permanente que exija programas de assistência social de longo prazo, mas como condição transitória – de alguns indivíduos ou grupos sociais menos capacitados –, demandando ações direcionadas para a justiça social.

A noção de justiça social, segundo o pensamento giddeniano, não pode estar desvinculada dos deveres individuais e do apoio mútuo entre indivíduos e grupos sociais e está fundamentada na concepção de igualdade de

oportunidades. A partir de uma crítica ao que denomina “igualitarismo a qualquer preço”, afirma que

[...] a esquerda contemporânea precisa desenvolver uma abordagem dinâmica à igualdade, destacando primariamente a igualdade de oportunidades. Os socialdemocratas modernizadores também têm de encontrar uma abordagem que harmonize a igualdade com o pluralismo e a diversidade de estilo de vida, reconhecendo que os embates entre liberdade e igualdade, para os quais os liberais clássicos sempre apontaram, realmente existem (GIDDENS, 2001, p. 90).

Além da retomada do individualismo como um valor moral radical do liberalismo burguês, um segundo elemento central do pensamento liberal será utilizado. O mercado será considerado como o local da eficácia econômica, da atuação do capital privado na criação de riqueza e também no investimento social, por meio do estabelecimento de uma economia mista, com “uma sinergia entre os setores público e privado, utilizando o dinamismo dos mercados, mas tendo em mente o interesse público” (GIDDENS, 2001, p. 120).

O mercado, porém, não pode se auto-regular. É necessária a ação do Estado, guardião dos contratos e da ordem estabelecida (terceiro fundamento do pensamento liberal burguês) e, simultaneamente, estimulador de uma cultura cívica. Não se trata do Estado mínimo defendido pelo neoliberalismo nem de um Estado grande, medido pelo número de funcionários e pelo tamanho de seu orçamento, mas de um Estado forte e ativo para fomentar o “empreendedorismo” e a “responsabilidade social” dos indivíduos, grupos e “empresários sociais”. Buscando sua base de fundamentação teórico-política em Durkheim, critica as conseqüências sociais da ausência de regulação moral da esfera econômica. O papel do Estado, que se confunde com governo, é garantir essa regulação moral do mercado, espaço da eficácia econômica, da livre-concorrência e da liberdade individual.

É nesse contexto que o conceito de “governança” ou “governação” é apresentado. A “governança”, para além da ação política de um governo, significa a capacidade reguladora que articula a esfera estatal e a esfera privada (base de

fundamentação do conceito de “público não-estatal”) em âmbito nacional e internacional. Na atualidade, é fundamental a construção de uma agenda que busque a reforma das funções e do tamanho do Estado e da relação estabelecida entre o Estado e a sociedade civil para garantir a “governança”. Uma reforma que tenha como centralidade a ampliação da esfera denominada de “pública não-estatal”, ou seja, a ampliação dos mecanismos de parceria para que o Estado possa dividir responsabilidades e ações com o setor privado. Para viabilizar essas parcerias, “os incentivos fiscais podem ser mesclados com outras formas de regulamentação. Os incentivos positivos à filantropia, por exemplo, podem ter um papel tão significativo quanto os dos impostos na transmissão direta de riqueza” (GIDDENS, 2001, p. 105).

O Estado regulador, descentralizado e transparente deve criar um reordenamento político-jurídico que favoreça tanto o envolvimento da sociedade civil na solução dos problemas gerados pelas incertezas e complexidades da realidade, como o “ambiente de negócios”, a privatização de setores estratégicos, estimulando e expandindo o setor privado. Um projeto que mercantiliza a totalidade da vida social, na medida em que operacionaliza, sob a ação das parcerias público-privadas, a ampliação de novos campos de exploração lucrativa para o capital em crise. O papel do Estado, portanto, é “tentar criar a estabilidade macroeconômica, promover o investimento em educação e infra-estrutura, refrear a desigualdade e garantir oportunidades para a realização pessoal dos indivíduos” (GIDDENS, 2001, p. 166), por meio da regulamentação das ações do setor privado, do estímulo e colaboração com a sociedade civil: o “terceiro setor” e as organizações não-governamentais, fomentando a “responsabilidade social” dos empresários por meio de incentivos fiscais, bem como,

[...] estimular as empresas e os sindicatos a trabalharem juntos para a reestruturação econômica diante da mudança tecnológica [...] além de lidar diretamente com os funcionários, os sindicatos agora precisam promover a empregabilidade e o treinamento em habilidades. Os sindicatos podem negociar ligações dos trabalhadores à comunidade mais ampla, ajudar a proporcionar acesso ao

aprendizado vitalício e formar cooperativas de aquisição do setor privado (GIDDENS, 2001, p. 151).

A sociedade civil constitui-se como um elemento político fundamental para a “terceira via”, como um espaço de ajuda mútua, de solidariedade, de fundamento da cidadania e de diluição das fronteiras entre público e privado, ou seja,

[...] a sociedade civil deve assumir tarefas que não podem ser realizadas pelo Estado. Mas não é fácil divisar como isto deve ser feito, e só o que podemos fazer é lidar com aspectos desta questão. *Temos de descobrir novas formas de defender o espaço público e redefinir as fronteiras entre o público e o privado* (GIDDENS, 2001, p. 29, grifo nosso).

Suas principais atribuições seriam a de controle público da esfera estatal; de prevenção da violência pelo incentivo da ação de grupos de auto-ajuda; do estímulo à família; do incentivo ao envolvimento cívico de indivíduos e grupos sociais, articulando liberdade individual com solidariedade e responsabilidade social para a criação de um sistema moral capaz de garantir o pleno exercício das ações cívicas e da harmonização social por meio de um pacto para a promoção do “bem comum”. As sociedades contemporâneas são, portanto, constituídas por três esferas autônomas: o Estado, exercendo uma ação reguladora das relações sociais; o mercado, porque é efetivo do ponto de vista econômico e da liberdade individual; e pela sociedade civil ativa, solidária, instância da ajuda mútua. A “terceira via” apresenta, dessa forma, o tripé – como afirma Giddens (2003, p. 87) – um “banquinho de três pernas” – responsável pela harmonização/coesão social cujo objetivo será apagar os múltiplos e profundos antagonismos de classe que caracterizam o capitalismo.

Não deveríamos conceber a sociedade como dividida em apenas dois setores, o Estado e o mercado – ou o público e o privado. No meio, há a área da sociedade civil, que inclui a família e outras instituições não econômicas. A sociedade civil é a arena em que atitudes democráticas, entre as quais a tolerância, têm que ser desenvolvidas [...] Já se comparou uma democracia eficiente com um banquinho de três pernas.

Governo, economia e sociedade civil precisam estar em equilíbrio (GIDDENS, 2003, p. 87).

Essa concepção de sociedade civil estará baseada na argumentação sobre a importância da ampliação da participação política dos trabalhadores nos limites de uma igualdade jurídico-política formal que convive com as desigualdades socioeconômicas. Um alargamento nos limites da ordem burguesa: (i) no parlamento, por meio de alianças que objetivam reformar o Estado, concebido como um espaço a ser conquistado, com base na confiança nas instituições políticas, um aparelho de regulação republicana que merece ser reformado e não destruído; (ii) nos espaços da sociedade civil: nos movimentos sociais com suas demandas específicas e fragmentadas, nos grupos de auto-ajuda, nas organizações não-governamentais, nos sindicatos colaboracionistas absolutamente adequados à ordem do capital, nas ações individuais voluntárias e na “responsabilidade social” dos empresários. A sociedade civil constitui-se em um espaço de coesão cívica e de solidariedade entre as classes sociais, pois “a idéia do conflito de classes como mola propulsora da história certamente deve ser rejeitada. Dizer que esse conflito é a força motriz da mudança histórica não convence” (GIDDENS e PIERSON, 2000, p. 52).

Os sujeitos políticos coletivos – sindicatos classistas e partidos que possuem como horizonte político a superação da ordem burguesa – são desqualificados. Ocorre uma ressignificação dos sujeitos coletivos por meio (i) da refuncionalização, tanto dos sindicatos, para redução de suas demandas no nível econômico-corporativo, como dos movimentos sociais, para limitar suas lutas à colaboração de classes e (ii) do estímulo à criação de novas formas de organização e participação social (conselhos público-privados, trabalho voluntário, responsabilidade social, organizações não-governamentais).

Para esse projeto, sociedades com um baixo grau de reflexividade atuam politicamente limitadas às formas tradicionais de legitimidade política, enquanto uma ordem social mais reflexiva pressupõe uma “democracia dialógica” dentro e fora da arena do Estado. “A democracia dialógica também pode ser mobilizada por meio das atividades de auto-ajuda e movimentos sociais. Tais movimentos e

grupos expressam e também contribuem para a reflexividade intensificada da atividade social local e global” (GIDDENS, 1996, p. 25). Além dos grupos de auto-ajuda e dos movimentos sociais, a “terceira via” propõe a “democratização da democracia” por meio do uso de plebiscitos eletrônicos e júris de cidadãos. A ordem democrática será estabelecida, portanto, a partir dessas duas dimensões: “Por um lado, a democracia é um instrumento para a representação de interesses. Por outro, é uma maneira de criar uma arena pública na qual assuntos controversos possam ser resolvidos, ou pelo menos, abordados por meio de diálogo e não por formas preestabelecidas de poder” (GIDDENS, 1996, p. 24).

O programa político proposto concebe o “diálogo” como a tentativa de conciliação dos inconciliáveis interesses entre capital e trabalho, para obtenção de um consentimento ativo ou passivo dos trabalhadores, obscurecendo o aprofundamento dos antagonismos sociais que caracterizam o cenário mundial na atualidade, como afirma Chatelet (2003, p. 188):

Sempre que surge um antagonismo que põe em dúvida a ordem social, um pouco mais perigosamente que o costume [é comum que] se apele à eventualidade de uma prática do diálogo, da qual se espera tenha a virtude de conciliar as contradições, de aproximar as divergências [ou as subdivergências], de reduzir as diferenças; em suma, evolver os antagonismos a um lugar, sólido e neutro, no qual se exerça, na transparência, a boa vontade [...] o diálogo [e seus pastiches modernos: a concertação, a participação...] é precisamente uma ilusão, que dá às almas boas e formosas a ocasião de agitar-se moralmente, e aos que detêm a força a ocasião de legitimar discursivamente seu poder [...] quaisquer que sejam a gravidade do conflito e a importância do que nele se ventila, que seja sempre possível chegar a um acordo.

As diretrizes centrais do neoliberalismo da “terceira via” podem, portanto, ser assim definidas: 1) a crítica ao socialismo e ao neoliberalismo e a proposta de viabilizar uma “agenda possível”, ou seja, a reforma ou humanização do capitalismo; 2) a concepção de que a classe trabalhadora não pode mais ser identificada como o sujeito político capaz de construir um projeto de sociabilidade que objetive a ruptura com a ordem burguesa; o que está em pauta é a

participação de todos os indivíduos e grupos sociais no capitalismo humanizado; 3) a defesa do diálogo, do “pacto social” (aliança entre trabalho e capital) ou “concertação nacional” como estratégias para a construção de um novo “contrato social”, a partir de uma intensa “mobilização cívica”; 4) o aprofundamento da agenda neoliberal para a periferia do capitalismo (conforme as diretrizes dos organismos internacionais do capital), por meio do ajuste fiscal e da estabilidade econômica – execução de um conjunto de reformas (previdenciária, tributária, trabalhista, sindical e da política educacional) – articulado com a justiça social, concebida como igualdade de oportunidades; 5) a elaboração de políticas de “inclusão social” focalizadas nos segmentos populacionais mais pobres (o “alívio à pobreza”, lema histórico do Banco Mundial), tendo a educação como estratégia de coesão ou harmonização social; 6) a diferenciação entre um Estado grande e um Estado forte, ressaltando a necessidade de um Estado regulador que estimule as ações do voluntariado e grupos de auto-ajuda, dos movimentos sociais com suas demandas específicas, da responsabilidade social dos empresários e das ações dos sindicatos colaboracionistas; 7) o estabelecimento de parcerias entre o setor público e o setor privado e a constituição do “setor público não-estatal” apresentadas como estratégias de “democratização” do acesso aos serviços públicos.

Fica evidente como o neoliberalismo da “terceira via” atua na configuração de novos campos de exploração lucrativa para o capital em crise e, simultaneamente, na fundamentação de uma nova pedagogia da hegemonia (NEVES, 2005), constituindo-se como uma eficaz estratégia da contra-revolução preventiva e prolongada para educar o consenso sobre os sentidos de democracia, cidadania, ética e participação adequadas aos interesses privados do grande capital nacional e internacional.

Considerações Finais

A análise da fundamentação teórica do neoliberalismo da “terceira via” evidencia que o projeto burguês de sociabilidade tem demonstrado ser capaz de relançar o “velho sob a aparência do novo”. Essa capacidade, entretanto, não

significa que as crises e contradições do capitalismo estejam superadas, mas reinscreve no horizonte político a construção do socialismo e a tarefa de desmontar os projetos que estão sendo apresentados como “agenda possível”, um capitalismo “reformado” ou “humanizado” ou ainda um projeto “democrático-popular”. A batalha entre projetos antagônicos de sociabilidade está sendo travada. Nessa disputa permanente, o capital em crise luta por sua própria sobrevivência, enquanto forças políticas se articulam pela construção da sociedade socialista, fruto da internacionalização das resistências dos trabalhadores latino-americanos na luta contra o aprofundamento da inserção capitalista dependente da nossa região na economia mundial e a intensificação do processo de conversão neocolonial em curso nos anos de contra-revolução neoliberal.

Cabe aos trabalhadores manter a luta contra esse processo contra-revolucionário e sonhar o sonho político realista de construção de um outro projeto de sociabilidade, sob a direção dos trabalhadores, e não da burguesia e da burocracia sindical e partidária dos trabalhadores convertidas à ordem do capital, pois, como afirma Florestan Fernandes (2000, p. 140): “Quanto ao ‘sonho’, o que se deve dizer é que sem sonhos políticos realistas não existem nem pensamento revolucionário nem ação revolucionária. Os que ‘não sonham’ estão engajados na defesa passiva da ordem capitalista ou na contra-revolução prolongada”.

Referências

ANTUNES, R. 1995. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP.

_____. 2004. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. Campinas: Autores Associados.

BOBBIO, N. 1987. *Qual socialismo?* Discussão de uma alternativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. 1990. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense.

- BOITO, JR., Armando. 1999. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã.
- BRENNER, R. 1999. A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão? *Outubro* [Revista do Instituto de Estudos Socialistas], São Paulo, n. 3, p. 7-18.
- CHATELET, F. 2003. Dialética, diálogo, discussão. *Universidade e Sociedade*, Brasília, n. 30, p. 188-189, jun.
- CHESNAIS, F. 1996. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã.
- _____. 1997. O capitalismo de fim de século. In: COGGIOLA, O. (Org.). *Globalização e socialismo*. São Paulo: Xamã, p. 07-34.
- CHOSSUDOVSKY, M. 1999. *A globalização da pobreza: impacto das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Moderna.
- DIAS, E.F. 1999. *A liberdade (im)possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivização*. 2. ed. São Paulo: Xamã (Textos Didáticos 29).
- FERNANDES, F. 1975. Classes sociais na América Latina. In: _____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. 1980. *Brasil, em compasso de espera: pequenos escritos políticos*. São Paulo: Hucitec (Coleção Pensamento Socialista).
- _____. 1991. *O PT em movimento: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Autores Associados (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, v. 43).
- _____. 2000. O que é revolução. In: SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda e SAMPAIO, Plínio de Arruda. *Clássicos sobre a revolução brasileira: Caio Prado Junior e Florestan Fernandes*. São Paulo: Expressão Popular.
- FIORI, J.L. 1988. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes.
- _____. 2001. *60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Record.
- GIDDENS, A. 1996. *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. São Paulo: UNESP.
- _____. 1999. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record.

- _____. 2001. *A terceira via e seus críticos*. Rio de Janeiro: Record.
- _____. 2003. *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record.
- GIDDENS, A. e PIERSON, C. 2000. *Conversas com Anthony Giddens*. Rio de Janeiro: FGV.
- HARVEY, D. 2000. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 9. ed. São Paulo: Loyola.
- _____. 2004. *Neoliberalismo e restauração do poder de classe*. Disponível em: <<http://www.resistir.info>>. Acesso em: mar. 2005.
- LENIN, V. 1922. *O imperialismo, etapa superior do capitalismo*. Disponível em: <<http://www.primeiralinha.org/textosmarxistas/imperialismo>>. Acesso em: jan. 2004.
- LIMA, K. 2005. *Reforma da educação superior nos anos de contra-revolução neoliberal: de Fernando Henrique Cardoso a Luiz Inácio da Silva*. Niterói, 462p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Fluminense.
- LIMA, K. e MARTINS, A. 2005. Pressupostos, princípios e estratégias. In: NEVES, L.M.W. (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã.
- LIMOEIRO-CARDOSO, M. 2001. Ideologia da globalização e (des)caminhos da ciência social. In: GENTILI, P. (Org.). *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, p. 96-127.
- MARX, K. e ENGELS, F. 1984. *Manifesto do Partido Comunista*. 4. ed. São Paulo: Global Editora.
- MELO, A.A. 2003. *A mundialização da educação: o projeto neoliberal de sociedade e de educação no Brasil e na Venezuela*. São Paulo. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas.
- MÉSZÁROS, I. 2002. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: UNICAMP/Boitempo.
- MONDAINI, M. 2000. *O socialismo liberal de Norberto Bobbio*. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramsci>>. Acesso em: 24 jun. 2004.

NETTO, J.P. 1995. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. 2. ed. São Paulo: Cortez (Coleção Questões da Nossa Época).

NEVES, L.M.W. (Org.). 2005. *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã.

SADER, E. 2003. *Lula e o funeral da terceira via*. Disponível em: <<http://www.alainet.org>>. Acesso em: mar. 2005.

SEGRILLO, A. (s/d). *Lênin e Bobbio na sala de visitas: uma rediscussão do socialismo liberal*. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramsci>>. Acesso em: 24 jun. 2004.

WOOD, E.M. 2003. *Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo.

ⁱ Kátia Lima - Doutora em Educação – Professora da Escola de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior/GEPES/UFF, do Coletivo de Estudos de Política Educacional/EPSJV/FIOCRUZ e do NEDDATE/UFF.

ⁱⁱ Para aprofundar a análise de Florestan Fernandes sobre a inserção capitalista dependente do nosso país na economia mundial e a configuração da contra-revolução burguesa no Brasil, consultar Lima (2005).

ⁱⁱⁱ Cabe destacar a crítica que Florestan Fernandes (1991, p. 7) realiza à ambigüidade do conceito de ‘socialismo democrático’: “Tornou-se corrente a condenação do marxismo e o uso do conceito ambíguo de ‘socialismo democrático’ após os acontecimentos do Leste Europeu e as alterações que ocorrem na União Soviética. A condenação do marxismo é extemporânea e seria inconcebível qualquer manifestação do socialismo que não fosse democrática”.

^{iv} Antunes (2004), analisando o processo que identifica como “desertificação neoliberal”, considera o governo Thatcher como uma “fase clássica do neoliberalismo” ou um “neoliberalismo clássico” e o governo Blair como uma via de continuidade e descontinuidades em relação ao governo anterior, isto é, uma forma de preservação do essencial do liberalismo, com um verniz socialdemocrático cada vez mais descorado.

^v Melo (2003) recupera as obras de Locke, Smith, Hayek e Friedman, analisando o movimento de continuidades e novidades que o neoliberalismo realiza em relação ao liberalismo clássico. Para aprofundar essas análises, consultar Melo (2003), especialmente o item “Origens e mudanças históricas no liberalismo contemporâneo”.

^{vi} No início da década de 1990, o *Institute for International Economics* reuniu políticos, banqueiros, empresários, representantes dos organismos internacionais e intelectuais para discutirem o documento elaborado por John Williamson – “Search of a Manual for Technools” – contendo um programa de estabilização e reforma econômica a ser aplicado tanto nos países centrais como na periferia do capitalismo. A expressão “Washington consensus” foi utilizada pelo próprio Williamson no documento *Latin American Adjustment: how much has happened?* para se referir a esse conjunto de políticas (FIORI, 1998; 2001).

^{vii} A análise aprofundada dos pressupostos do neoliberalismo da “terceira via” foi realizada em Lima e Martins (2005).

^{viii} Utilizo a expressão “terceira via” ao longo de nossas análises para identificar o arcabouço teórico e de ação política proposto por Giddens. Seu uso será sempre aspeado por considerar que essa expressão constitui-se na aparência de que se reveste a atual face do projeto burguês de sociabilidade. A essência desse debate remete nossas análises à disputa permanente entre projetos antagônicos de sociabilidade à luz dos interesses do capital ou do trabalho.

^{ix} Cabe destacar a existência de uma série de afinidades entre a perspectiva giddensiana e o socialismo liberal defendido por Norberto Bobbio. A respeito da obra desse último, Mondaini (2000) afirma que, se por um lado, os socialistas sempre se voltaram contra as liberdades e garantias individuais, por entenderem que estas

apenas camuflavam os interesses da dominação burguesa e a respectiva preservação da propriedade privada, e, por outro, os liberais nunca admitiram a ampliação dos direitos sociais rumo a uma maior igualdade. Bobbio propõe a fusão dos aspectos positivos do liberalismo e do socialismo. A crítica às análises de Mondaini é desenvolvida por Segrillo (s/d) a partir da concepção de que a obra de Bobbio deveria ser identificada como “liberalismo social”, pois, “em sua atuação filosófica e política concreta, ele certamente dá um peso muito maior aos valores liberais de liberdade individual, cerceamento dos poderes do Estado etc., que aos valores ligados à socialização da produção”. Vale consultar a extensa bibliografia de Norberto Bobbio e analisar sua concepção da socialdemocracia como um desenvolvimento do pensamento liberal. Indico, especialmente: *Qual socialismo? Discussão de uma alternativa* (1987) e *Liberalismo e Democracia* (1990).